

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

**Correspondência ao Autor**

Nome: Juliano Viliam Cenci  
E-mail: juliano.cenci@ifro.edu.br  
Instituição: Instituto Federal de Rondônia, Brasil

Submetido: 05/10/2020

Aprovado: 12/10/2020

Publicado: 23/11/2021

 10.20396/rho.v21i00.8661494

e-Location: e021045

ISSN: 1676-2584

**Como citar ABNT (NBR 6023):**

CENCI, J. V.; SOUZA, M. M. de. Formação profissional e inserção no mercado de trabalho: uma análise do ensino médio integrado do IFRO campus Ji-Paraná. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 21, p. 1-24, 2021. DOI:

10.20396/rho.v21i00.8661494.

Disponível em:

<https://bit.ly/3FywwBA>. Acesso em: 23 nov. 2021.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



## FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFRO CAMPUS JI-PARANÁ

  **Juliano Viliam Cenci\***

Instituto Federal de Rondônia

  **Marilsa Miranda de Souza\*\***

Universidade Federal de Rondônia

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar os resultados obtidos de alunos egressos de 2015 e 2016 com a formação técnica integrada ao ensino médio oferecida no Instituto Federal de Rondônia, Campus Ji-Paraná. Entre as principais questões destacamos as seguintes: Qual o perfil dos alunos egressos do ano de 2015 e 2016 dos três cursos ofertados, suas atividades laborais ou de estudo e os resultados obtidos com a formação profissionalizante? O método utilizado foi o materialismo histórico-dialético a partir da aplicação de suas categorias de análise. A pesquisa bibliográfica, documental e de campo foram os procedimentos para coleta de dados realizados por meio de análise documental e de questionário próprio aplicado aos alunos egressos. Os resultados obtidos mostram que grande parte dos estudantes do IFRO são oriundos de famílias com renda inferior a três salários mínimos e que tem buscado na instituição melhores oportunidades de ascensão social e econômica. Foi constatado na educação integrada uma capacidade de possibilitar experiências e melhores oportunidades para o prosseguimento dos estudos, quanto a falta de inserção profissional foi apontada pelas circunstâncias que os egressos encontram o mercado de trabalho com poucos empregos e baixos salários, especialmente na área técnica. Foi verificado a necessidade de maiores parcerias do IFRO com empresas da região, bem como na necessidade de criação de políticas de valorização para quem deseja seguir a carreira técnica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação profissional. Educação integrada. Trabalho.

**FORMACIÓN E INSERCIÓN PROFESIONAL EN EL MERCADO LABORAL:  
ANÁLISIS DEL BACHILLERATO INTEGRADO DE IFRO CAMPUS JI-PARANÁ**

**Resumen**

Este artículo tiene como objetivo analizar los resultados obtenidos de los estudiantes egresados de 2015 y 2016 con la formación técnica integrada al bachillerato que se ofrece en el Instituto Federal de Rondônia, Campus Ji-Paraná. Entre las principales preguntas destacamos las siguientes: ¿Cuál es el perfil de los alumnos egresados de 2015 y 2016 de los tres cursos ofertados, su actividad laboral o de estudio y los resultados obtenidos con la formación profesional? El método utilizado fue el materialismo histórico-dialéctico a partir de la aplicación de sus categorías de análisis. La investigación bibliográfica, documental y de campo fueron los procedimientos de recolección de datos que se llevaron a cabo mediante el análisis de documentos y un cuestionario aplicado a los egresados. Los resultados obtenidos muestran que la mayoría de los estudiantes de IFRO provienen de familias con ingresos inferiores a tres salarios mínimos y que la institución ha buscado mejores oportunidades de crecimiento social y económico. Se encontró en la educación integrada una capacidad para posibilitar experiencias y mejores oportunidades de estudios posteriores, ya que la falta de inserción profesional fue señalada por las circunstancias en que los egresados encuentran el mercado laboral con pocos puestos de trabajo y bajos salarios, especialmente en el área técnica. Existía la necesidad de una mayor asociación entre IFRO y las empresas de la región, así como la necesidad de crear políticas de valoración para quienes deseen seguir una carrera técnica.

**Palabras-clave:** Educación profesional. Educación integrada. Trabajo.

**VOCATIONAL TRAINING AND INSERTION IN THE LABOR MARKET: AN  
ANALYSIS OF THE INTEGRATED HIGH SCHOOL OF IFRO CAMPUS JI-PARANÁ**

**Abstract**

This article aims to analyze the results obtained from students graduating from 2015 and 2016 with the technical training integrated to high school offered at the Federal Institute of Rondônia, Campus Ji-Paraná. Among the main questions we highlight the following: What is the profile of students graduating from 2015 and 2016 from the three courses offered, their work or study activities and the results obtained with professional training? The method used was historical-dialectical materialism from the application of its categories of analysis. Bibliographic, documentary and field research were the procedures for data collection carried out through document analysis and a questionnaire applied to alumni. The results obtained show that most of the IFRO students come from families with an income below three minimum wages and that the institution has sought better opportunities for social and economic growth. It was found in integrated education an ability to enable experiences and better opportunities for further studies, as the lack of professional insertion was pointed out by the circumstances that graduates find the job market with few jobs and low salaries, especially in the technical area. There was a need for greater partnerships between IFRO and companies in the region, as well as the need to create valuation policies for those who wish to pursue a technical career.

**Keywords:** Professional education. Integrated education. Job.

## INTRODUÇÃO

Em uma publicação realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2018, analisou-se o Futuro do Trabalho no Brasil, estimando para os próximos anos uma perda de até 50% dos postos de trabalho em razão do crescimento do uso de tecnologias e inteligência artificial, que progressivamente substituirão os trabalhos rotinizados, inclusive aqueles exercidos por trabalhadores altamente especializados. O documento ainda prevê altas taxas de desemprego e crescimento da flexibilização das formas e dos vínculos de trabalho que passarão a substituir o emprego formal por formas atípicas, com a persistência e aumento da economia informal. (OIT, 2018).

No Brasil, esse fenômeno não é recente, a desigualdade social, o desemprego e as mudanças ocorridas no setor produtivo vivenciadas ainda na década de 1990 acentuaram o debate sobre as políticas educacionais de formação do trabalhador. A partir de muitas discussões, o ensino médio integrado foi instituído em 2008 como política pública de Estado e passou a oferecer além da formação para o trabalho profissionalizante na última etapa da educação básica, a verticalização do ensino com o aproveitamento dos conhecimentos para que os alunos pudessem ter a possibilidade de seguir no ensino superior. (BRASIL, 2008).

Desde sua criação, a modalidade integrada tem sido ofertada nos Institutos Federais e tem se destacado pela presença de dois currículos (base comum e base técnica) a partir de matrícula única que visa articulação entre teoria e prática sobre uma determinada área de conhecimento. Conforme mostram os documentos oficiais, a criação do ensino médio integrado se deu como um instrumento político, com o propósito de atender as classes desprovidas e atualmente tem definido em seus objetivos “[...] estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.”<sup>1</sup> (BRASIL, 2016).

Destarte, este estudo compõe parte de uma investigação maior realizada durante o Mestrado Acadêmico em Educação na Universidade Federal de Rondônia, que buscou compreender sobre a inserção dos egressos do Instituto Federal de Rondônia no mercado de trabalho. Para isso, estudou-se desde o perfil do trabalhador, as diretrizes adotadas pela escola e a realidade encontrada no mercado de trabalho. Para balizar nossas discussões teóricas, utilizamos os estudos de autores como Antunes (2006, 2018), Kuenzer (2009), Ciavatta e Ramos (2011), Ramos (2017). De um modo geral, os estudos mostram que as transformações no mundo produtivo e a crise no sistema econômico tem apresentado novos elementos para o mundo do trabalho, e que isso tem imposto novos desafios para emancipação dos trabalhadores.

*A priori*, para compreender esse fenômeno, elencamos como objetivo analisar os resultados obtidos de alunos egressos de 2015 e 2016 com a formação técnica integrada ao ensino médio oferecida no Instituto Federal de Rondônia Campus de Ji-Paraná. Entre os principais questionamentos, destacamos as seguintes: Qual o perfil dos alunos egressos do ano de 2015 e 2016 dos três cursos ofertados? Quais atividades laborais ou de estudo?

Ao buscar respostas sobre os caminhos trilhados pelos egressos do ensino integrado, esta pesquisa representa contribuição para apurar como vêm ocorrendo a escolarização que se dá na região amazônica nas conjunturas do sistema econômico brasileiro. A pesquisa realizada foi de caráter bibliográfico, documental e de campo, e para maior aprofundamento sobre o tema definimos como método o Materialismo Histórico Dialético (MHD<sup>2</sup>).

Para coleta de dados, foi elaborado questionário próprio desenvolvido na Plataforma Google na aba formulários, com questões específicas aos egressos que se formaram nos anos de 2015 e 2016 dos três cursos ofertados pelo IFRO Campus Ji Paraná, enviadas no mês de junho e julho de 2018. Os procedimentos metodológicos de análise foram organizados a partir da aplicação de categorias do materialismo histórico-dialético.

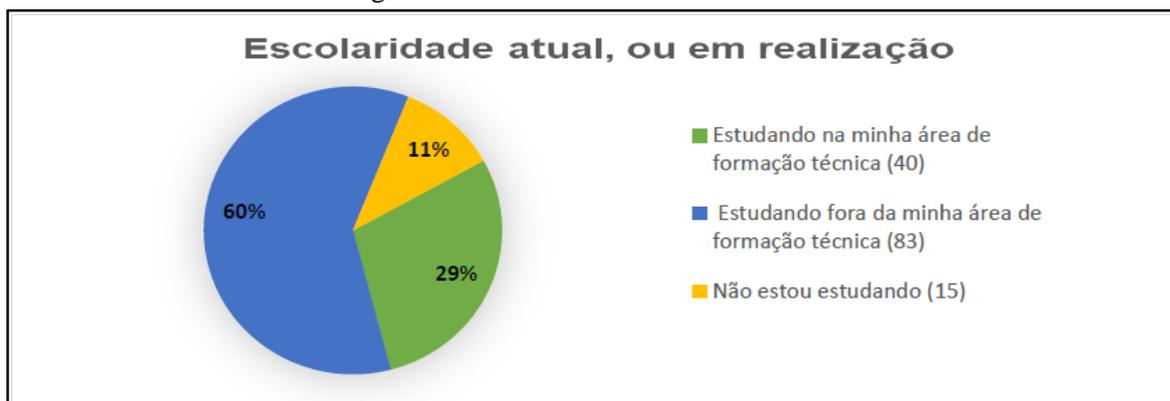
O questionário específico foi constituído por um conjunto de questões abertas e fechadas. Para sua construção foram observadas as orientações de Severino (2007, p. 63), onde afirma que as questões devem estar “[...] sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo.”

## **O PERFIL DOS ALUNOS EGRESSOS DO ANO DE 2015 E 2016 DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS DE FLORESTAS, INFORMÁTICA E QUÍMICA DO IFRO CAMPUS JI PARANÁ**

A partir dos dados fornecidos pela Secretaria do IFRO Campus Ji Paraná das turmas concluintes de 2015 e 2016 do Ensino Médio Integrado de Química, Floresta e Informática, foi possível enviar o questionário próprio via endereço eletrônico para 252 egressos, dos quais 138 egressos responderam entre os meses de agosto e setembro de 2018. Dos indivíduos que deram o retorno, 43% (60) se apresentam como sendo do gênero masculino e 57% (78) do gênero feminino.

No gráfico 1 é possível verificar o perfil dos estudantes egressos do IFRO por meio da escolaridade atual ou em realização:

Gráfico 1 – Escolaridade dos Egressos do IFRO

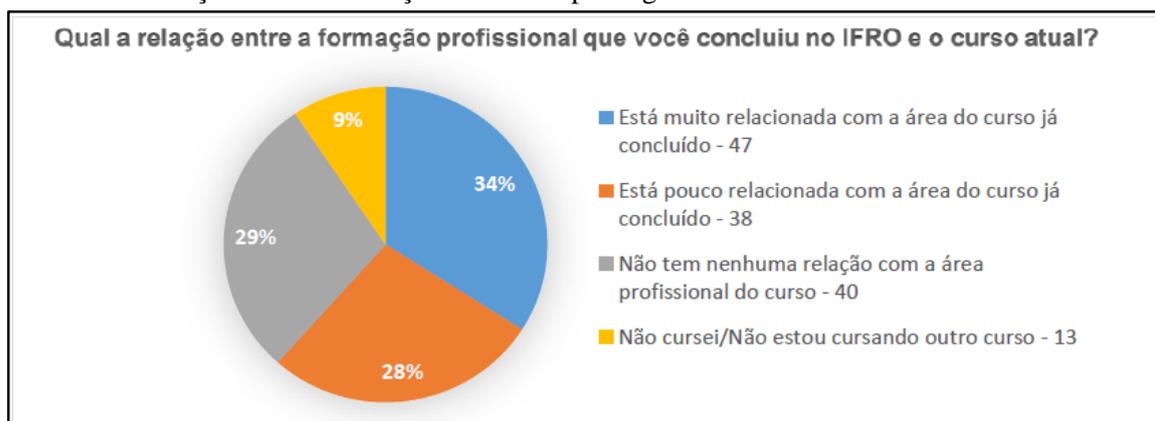


Fonte: Autoria Própria 2018.

Com relação ao perfil dos egressos formados no IFRO, no Gráfico 1 é possível observar que 89% deram sequência aos estudos, de modo que 60% dos alunos egressos optaram por dar prosseguimento fora da área de formação técnica e 29% na área de formação. Conforme os dados analisados, os motivos apontados para o afastamento da área de formação ocorrem em virtude das circunstâncias que encontram no mercado de trabalho: com poucos empregos e baixos salários, especialmente na área técnica, o que estaria motivando os egressos a buscar o ensino superior. Assim sendo, se compararmos com outros estudos realizados na região, os resultados corroboram com o que foi evidenciado por Maria Ramos (2013) e Costa (2015).

A fim de verificar a relação entre a formação profissional concluída no IFRO com a área acadêmica escolhida, apresentamos o Gráfico 2:

Gráfico 2 – Relação entre a formação concluída pelo egresso e a área acadêmica



Fonte: Autoria Própria 2018.

Conforme os dados analisados, cerca de 29% dos egressos seguiram uma trajetória sem nenhuma relação com a formação acadêmica do IFRO e 28% com pouca relação,

resultado que destoa da escolha feita pelos egressos em relação à área do conhecimento. Segundo os relatos dos egressos do IFRO Campus Ji Paraná, alguns alunos já entram no Curso Integrado sem pretensão de seguir a carreira técnica, mas cientes que o IFRO enquanto escola pública e acessível pode melhorar as chances para entrar em um curso de nível superior, como pode ser constatado na fala a seguir: “Não tive a menor intenção de continuar na área do curso técnico que fiz desde o início. Mudei para outro estado para cursar a graduação em um curso totalmente diferente e que me agrada muito mais [...]”. (Egresso 18). O relato exposto não é o único, alguns indivíduos que responderam o questionário afirmavam que parte da turma estava fazendo curso superior, mesmo que não fosse na área de formação:

O curso Técnico em Florestas é sem dúvidas um dos melhores cursos oferecidos no Instituto Federal de Rondônia-campus Ji-Paraná. Para quem busca sair do estado, as oportunidades de estudo e trabalho são boas em relação a nossa realidade aqui em Rondônia. Fui para a área administrativa e contabilidade por que também me identifico muito com este meio, mas Floresta sempre vai ser a profissão do sonho! (EGRESSO 10).

Conforme a fala dos egressos, os motivos de não seguir na área de formação baseia-se na falta de oportunidades e na pouca identificação com o curso, vale destacar que boa parte dos alunos entram no IFRO desconhecendo do que se trata o perfil técnico e, com o passar do tempo, ao não corresponder suas expectativas pessoais ficam desinteressados e acabam optando por outros caminhos que não aqueles necessariamente vinculados aos da formação profissional. Também é possível observar que mesmo seguindo em outra área de formação, ainda assim os egressos conseguem aproveitar boa parte dos conhecimentos adquiridos no curso integrado.

Em outra questão que abordava as contribuições do curso técnico para o desempenho profissional, 10% dos egressos consideram que a formação obtida no IFRO não contribuiu em nada em sua prática profissional, 13% considera que contribuiu razoavelmente, 18% pouco, e 59% que contribuiu muito. Os números apresentados e as narrativas revelam que o ensino do IFRO tem contribuído para mais da metade dos egressos em relação a perspectiva profissional na área de formação técnica, embora 89% tenham optado por darem sequência nos estudos.

Nessa conjuntura, como compreender a ausência de inserção imediata desses jovens no mercado de trabalho e a ida para a universidade? Para compreender o papel desempenhado pela política de formação integrada enquanto possível canal para o ensino superior é preciso identificar os conflitos sociais e sua aplicação no modo de produção vigente.

Ao abordar sobre a influência da Teoria do Capital humano nas políticas educacionais brasileiras, Arapiraca (1979) mostra que a concepção de capital humano defende o desenvolvimento social a partir do investimento em educação e que cada indivíduo, ao se qualificar, pode ser capaz de ter sucesso e se tornar um capitalista. O

investimento na educação integrada também se sustenta sobre essa perspectiva, isto é, investimento na formação do trabalhador para melhorar o cenário socioeconômico do Brasil. É sob essa perspectiva que os egressos tem acreditado que quanto maior o nível de formação, maiores as chances de obter um emprego com melhores oportunidades financeiras, aqui representados pelo trabalho intelectual conquistados no ensino superior a luz da concepção de capital humano.

Ao tratar sobre as trajetórias que tem promovido mudanças no rendimento dos jovens no Brasil, Ciavatta e Ramos (2011, p. 35) também sustentam essa teoria: “É permanente a demanda pelo ensino superior, talvez por ser o único canal acessível de mobilidade social para os segmentos desfavorecidos da população.” Conforme as autoras explicam, assim como ocorreu na história educacional do Brasil, o ensino superior tem representado um dos poucos caminhos para mudanças no aspecto socioeconômico do trabalhador. Vale observar que o ensino superior representa o trabalho intelectual exercido historicamente pela classe dirigente, e por isso vem sendo mais valorizado que o trabalho manual.

Os resultados encontrados no IBGE (2018a) também mostram que maiores níveis de escolaridade no Brasil têm significado um rendimento em média três vezes maior que somente o ensino médio regular. Desta forma, os dados indicam que em grande parte dos casos a escolha dos alunos pelo Instituto Federal e a busca pelo ensino superior se dá, predominantemente, por representar um dos canais que possibilitam melhores condições para competir por uma vaga no mercado de trabalho, e com isso melhorar a perspectiva de ascensão socioeconômica.

Os resultados obtidos com o questionário aplicado aos egressos do IFRO Campus Ji Paraná indicam que a formação obtida tem fornecido experiências que proporcionam maiores oportunidades de desempenho para dar continuidade nos estudos. Conforme explica Gouveia (2016, p. 12), no contexto atual de um mercado de trabalho de dinâmica financeirizada, que pela sua própria natureza não inclui a todos, “[...] mesmo os bem qualificados, caberá ao Estado educador acionar estratégias que convençam a juventude desempregada e toda a classe trabalhadora de que é possível equilibrar bem-estar, direitos e mundo financeirizado.” É sob esta lógica de formação e acumulação flexível que forma quadros especializados para o trabalho e vida social precários, mas que não tem capacidade de realizar uma transformação a nível estrutural.

Ou seja, em um Estado liberal-conservador que não tem o propósito de incluir a todos, cabe promover diferentes tipos de educação que objetivam transferir para a dimensão da escolarização o papel da inclusão social. É por isso que para os alunos que já conhecem e optam pelo curso integrado afirmam que a escolha estaria relacionada com melhores possibilidades de apreender o que é exigido em processos seletivos em cursos de graduação ou até mesmo em concursos públicos, como pode ser observado na sequência:

O curso de Técnico em Florestas é muito satisfatório em relação ao nível de conhecimento, porém o egresso necessita de uma formação superior

relacionada a área para conseguir algo satisfatório no nível profissional, já que o mercado para técnico é baixo. E como Ji-Paraná oferta pouca oportunidade de curso superior na área, o egresso se vê necessário a buscar algo fora da cidade ou do estado. Não estou na área pois consegui uma vaga de emprego em concurso público, o qual consegui alcançar muito pela qualidade do ensino da Instituição em relação às disciplinas comuns do Ensino Médio. (EGRESSO 09).

As afirmativas sobre o nível de conhecimento oferecido pela Rede Federal de Ensino convergem com o que Ramos (2017) vem destacando, de que de um modo geral, os Institutos Federais vêm ofertando uma formação intelectual (educação geral conjugada com uma educação técnica de alto padrão) e condições necessárias para o ingresso dos estudantes no ensino superior, além dos resultados positivos nos últimos anos no Exame Nacional do Ensino Médio.

Esse fenômeno pode ser encontrado em diversos relatos dos egressos deste estudo, onde indicam que o curso técnico oferecido no IFRO tem preparado os alunos para dar sequência acadêmica: “[...] minha turma foi exemplo disso, muitos estão em universidades fora, e alguns já trabalhando na área [...]” (Egresso 23); “Grande parte dos profissionais técnicos formados pelo IFRO hoje está cursando alguma faculdade, alguns já até se formaram inclusive na área de formação técnica ou áreas afins.” (Egresso 02).

Importa destacar que anos de 2017 e 2018 o Estado de Rondônia passou por um processo de crescimento e expansão de empresas e indústrias, mas que não acompanhou a grande quantidade de técnicos formados pelo Instituto Federal, isso pode ser observado pelo grande número de trabalhadores desempregados presentes na Região Norte com todos os níveis de escolaridade. (IBGE, 2018b).

Destarte, como resultado da falta de perspectiva de emprego e renda, os trabalhadores são levados a migrar para outros locais a fim de obterem melhores perspectivas:

Existe uma considerável concentração empresarial no sul e sudeste do Brasil para a área de atuação em química, porém a quantidade de profissionais é maior que a quantidade de vagas e a qualificação pedida em geral pelas empresas (já que elas ‘podem’ escolher) é de um grau com experiência. Logo, o mercado aqui um técnico químico concorre com um engenheiro químico, um doutor químico... A vaga de auxiliar de laboratório. (EGRESSO 42).

De acordo com a fala dos egressos, poucos trabalhadores são absorvidos pelo mercado de trabalho regional, o que os levam a migrar para outros locais e também a se adequar a concorrência das demandas constantes das empresas que exigem uma capacitação permanente que vai desde o técnico de nível médio, graduação, pós-graduação e continua. Essa concorrência mostra que muitas vezes os egressos passam a disputar com trabalhadores com níveis superiores de ensino, o que dificulta a inserção no mercado de trabalho dos profissionais sem experiência.

Esse fenômeno se assemelha à verticalização do ensino tal como é destacado nos objetivos dos institutos federais, mas também na ideia de que a educação e a formação continuada são fatores de capital humano capazes de mudar a realidade dos estudantes. Em relação ao perfil dos egressos dos cursos técnicos integrados em Florestas, Química e Informática do IFRO Campus de Ji Paraná, podemos observar que anualmente centenas de alunos se matriculam na instituição na esperança de que a educação integrada lhes ofereça melhores condições de competir no mercado de trabalho. Nos discursos dos egressos, a escolha pelo ensino técnico integrado se relaciona com a qualidade da infraestrutura da instituição e de seu corpo docente, que permite uma melhor perspectiva de aprendizado para dar continuidade na carreira profissional. Nesse sentido, os dados nos permitem evidenciar que a formação obtida no IFRO tem se apresentado potencialmente significativa para que os jovens busquem melhores oportunidades acadêmicas.

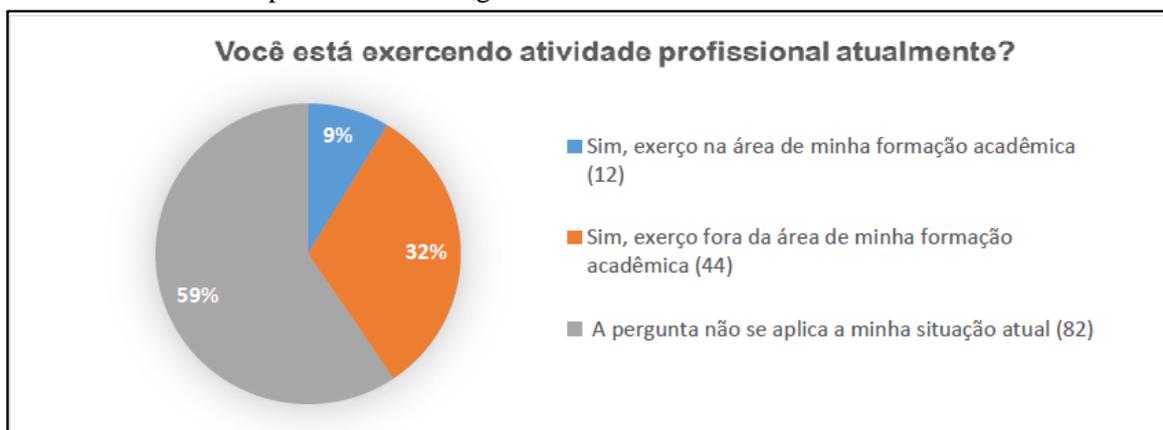
Abaixo apresentaremos os resultados obtidos pelos egressos com a formação integrada, bem como procurando compreender a motivação dos alunos em seguir estudando.

## A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E OBJETIVAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

Nesta parte identificaremos a política pública em curso e apresentaremos os resultados da formação obtida nos cursos Integrados para a objetivação na vida dos alunos. Quando o assunto é formação e mercado de trabalho, coube questionar os egressos do IFRO sobre suas atividades profissionais para evidenciar a realidade.

Ao analisar o Gráfico 3, podemos constatar um número pequeno de alunos que estão trabalhando na área de formação:

Gráfico 3 – Atividade profissional dos egressos



Fonte: Autoria Própria 2018.

De acordo com as informações obtidas na coleta de dados, enquanto 9% dos egressos estavam atuando na área de formação concluída pelo IFRO, 32% deles afirmavam estar atuando fora de sua área de formação acadêmica. Em relação ao grupo que a pesquisa não se aplica, estão alguns egressos que se dedicam exclusivamente em dar continuidade nos estudos em razão de seus familiares terem melhores condições financeiras, ou então ganham bolsas de estudo. Existem ainda aqueles egressos que procuram conciliar graduação com um emprego, e que por isso acabaram ficando classificados no maior grupo.

Importa destacar a existência de um grupo significativo de ex-alunos que mostram a opção de seguir em outras áreas profissionais onde possuem maior prestígio social e uma maior valorização salarial. Isso mostra a caracterização do paradigma em torno de certas profissões que permanecem sendo destinadas aqueles indivíduos que possuem melhores condições estruturais e financeiras de seguir com os estudos. De todo modo, a baixa quantidade de alunos encontrada que estão trabalhando na área técnica e as falas dos demais egressos sobre as suas escolhas revelam um mercado de trabalho com poucas vagas.

Podemos encontrar uma possível explicação desse fenômeno nas observações feitas por Antunes (2018, p. 30): “Em pleno século XXI, mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontram, cada vez mais, situações instáveis, precárias, ou vivenciam diretamente o flagelo do desemprego.” Para o autor, isso ocorre como reflexo das transformações no mundo do trabalho, que correspondem a incorporação de elementos tecnológicos para redução dos custos para os donos dos meios de produção, conseqüentemente reduzindo a quantidade de ocupações nos setores produtivos.

Com a complementação de outra pergunta foi possível identificar que, dos alunos egressos que estão no mercado de trabalho, 34% exercem atividades em Ji Paraná ou região, 11% fora do Estado, e o restante não se enquadra em nenhum desses grupos. Em síntese, aproximadamente 45% dos egressos exercem alguma atividade profissional, o que em parte diverge dos objetivos do curso para inserção no mercado de trabalho. A ausência de um emprego e um salário digno faz com que os profissionais recém formados no IFRO optem por darem seqüência em seus estudos na esperança que isso possa oferecer condições melhores para competir no mercado de trabalho.

Conforme explica Marx (2004), a competição e o aumento da qualificação dos trabalhadores se tornam como pilares necessários para elevar a produção e o acúmulo do capital, isso implica em uma produção cada vez maior e em menor tempo, à interesse de quem possui o capital e em detrimento do próprio trabalhador, que acaba tendo que se submeter a condições variadas para obter um emprego. Este processo resulta na produção de trabalhadores qualificados, mas desempregados e disponíveis para participação da concorrência por vagas, o que gera conseqüentemente uma diminuição dos salários em geral.

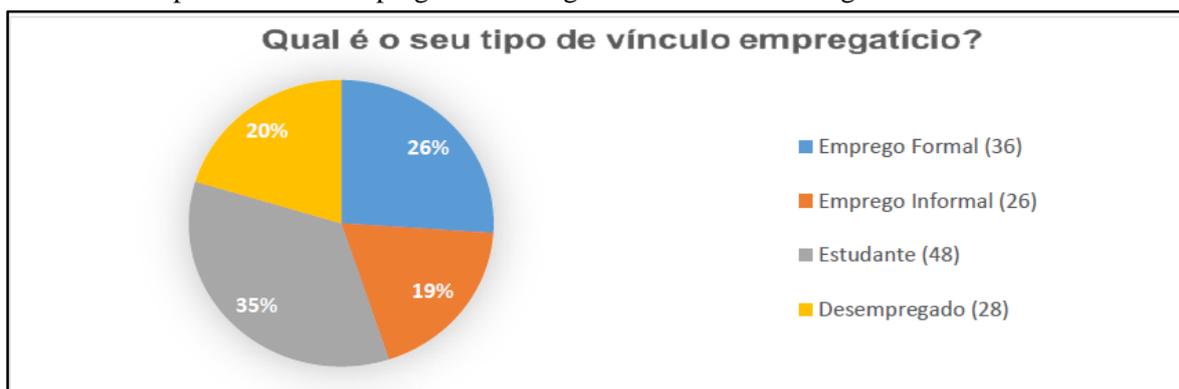
Em relação às políticas educacionais, Gentili (1995, p. 198-199) também aponta que sob a perspectiva neoliberal, “[...] o que deve difundir-se para o interior do sistema escolar

são as relações mercantis de concorrência, em suma, é o próprio sistema educativo que precisa começar a funcionar como um mercado.” Isso significa que, se esta lógica se estende nas relações internas das instituições educacionais, o processo simbólico se materializará nas relações concretas do modo de produção vigente. De toda forma, isto levará o aluno a crer que com maiores níveis de escolaridade tudo naturalmente irá se resolver, só que para isso é preciso investir na formação, de capital humano, e do livre jogo de oferta e procura.

Nesse sentido, podemos apontar que na atualidade do mesmo modo em que ocorre a ampliação do contingente de trabalhadores qualificados, há também uma redução imensa dos empregos, e para aqueles que conseguem uma ocupação com carteira assinada, em virtude do excedente passam a sofrer corrosão de seus direitos sociais, inclusive em relação ao salário. Portanto, conforme destaca Antunes (2018) na medida que insere tecnologia e aprimora a produção, o capital também expulsa os trabalhadores de seus postos e recria em locais distantes em espaços e modalidades flexíveis.

No que tange ao vínculo empregatício, é preciso observar o seguinte cenário:

Gráfico 4 – Tipo de vínculo empregatício dos egressos dos Cursos Integrados



Fonte: Autoria Própria 2018.

Quanto ao tipo de vínculo empregatício dos egressos do IFRO que estão no mercado de trabalho, é possível observar que 35% dos egressos só se dedicam aos estudos, enquanto 26% possuem emprego formal fazem parte deste grupo os que possuem carteira assinada (25) ou que estavam em concurso público efetivo (11), 19% estavam em um emprego informal fazem parte deste grupo os empregados sem carteira assinada (10), autônomo (11) e contrato temporário (5), e 20% estavam desempregados, fazem parte deste grupo as pessoas que não estavam no ensino superior e nem trabalhavam (28).

Tal como havia sido observado por Costa (2015), os resultados deste estudo sugerem que a educação técnica não se coloca concretamente como fator decisivo de mobilidade social, que se justifica pela contabilidade da lógica do mercado de trabalho em não absorver todos os trabalhadores. Sobre isso explica Antunes e Pinto (2017), que a reestruturação produtiva do capital que ocorre neste século, considerada por muitas como a 4ª revolução

industrial, traz um mundo cada vez mais conectado e tecnológico e produz novas formas de trabalho desregulamentado e complexo, sujeitando o trabalhador às mais diversas situações de flexibilização, informalidade, maior precarização com perdas dos direitos e corrosão da regulamentação social e a existência do trabalho intermitente, regulamentado no Brasil com a Reforma Trabalhista de 2017.

Se observarmos em outra abordagem, desconsiderando os egressos que já estão trabalhando na área de formação técnica obtida no IFRO (aproximadamente 10%), quando questionados sobre os motivos que levaram a não seguir na área de formação, os egressos têm afirmado que: encontram melhor oportunidade em outra área (22%), o mercado de trabalho está saturado (12%), falta de perspectiva de carreira (10%), motivos particulares (36%) ou então estão estudando (10%).

São diversas afirmativas sobre os motivos que levam os egressos a buscarem outros caminhos diferentes da formação técnica que vão desde: não há ofertas de emprego para a área na região (EGRESSO 02; 11; 43; 48; 49; 05; 52); existem poucas oportunidades (Egresso 28; 36; 40; 50); salários para nível técnico são muito baixos (EGRESSO 47); não se identificaram ou não tiveram afinidade com o curso (EGRESSO 46; 51). Portanto, podemos evidenciar que por encontrar muitas dificuldades e desvalorização ao buscar um emprego na área técnica os egressos tendem a seguir uma trajetória diferente da área que se formou.

Deste modo, cabe uma menção realizada por Cury (2000, p. 40) à luz dos textos de Marx: “[...] A reprodução dos meios de produção consiste na reprodução dos instrumentos de trabalho e das forças produtivas, através da qual se reproduzem a organização e a divisão do trabalho.” Com a incorporação de novas tecnologias no setor produtivo, a força de trabalho precisa apreender novas capacidades de lidar com essas mudanças, assim o mercado de trabalho exige até mesmo para aqueles que desempenham as funções mais básicas, certo grau de instrução e de aperfeiçoamento. Os conhecimentos científicos, competências e habilidades tecnológicas tem sido cada vez mais necessários para que os trabalhadores possam interagir com a tecnologia e executar as atividades inerentes as suas profissões. Nesse sentido, é perceptível que em um momento de progresso tecnológico tornou-se essencial oferta da formação acadêmica complexa, tal como é oferecida no IFRO para que os trabalhadores tenham condições mínimas de responder aos novos desafios do século XXI. No entanto, a reprodução da desigualdade se dá basicamente no sistema educacional e no processo produtivo, enquanto a força de trabalho é desvinculada dos meios de produção definindo o operário como tal.

Como pode ser observado, as motivações dos egressos expostas se estabelecem como aspectos mais abrangentes e com finalidades ligadas tanto ao processo laboral em seu dinamismo, quando aos anseios, perspectivas e realidades dos próprios indivíduos que buscam a formação integrada. Nesse sentido, Cury (2000, p. 25) destaca que: “Compreender esse processo implica um ato de apropriação, pelos sujeitos humanos, do determinante estrutural.” O que está sendo assinalado é que não se pode compreender as escolhas e

destinos dos egressos sem analisarmos alguns fatores que corroboram para tais resultados, abaixo é apresentado os dados em relação a realidade do mercado de trabalho regional e do perfil do trabalhador brasileiro.

Em um levantamento feito em 2018 pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) contínua que traçou o perfil do trabalhador brasileiro desalentado, isto é, aqueles que desistiram de procurar emprego, mostra que este grupo está presente em todos os estratos da sociedade brasileira<sup>3</sup>. De acordo com a pesquisa, o desalento está concentrado nos trabalhadores com ensino fundamental incompleto, responsável por 40,6% do total de desalentados do país, mas também se estendem a quem possui Ensino Médio 23,31%, e curso de nível superior 3,72%. O estudo mostra que as menores taxas de desalentados estão no grupo que possui maiores níveis de escolaridade. (IBGE, 2018a).

Ao relacionar os alunos egressos do IFRO com esses dados, é possível aferir que a taxa de desempregados encontradas em nosso estudo, representado pelo grupo que não estuda nem trabalha chega a 20% e se aproxima da taxa de desalentados do IBGE para este nível de escolaridade do país, que é 23,31%.

Segundo Pochmann (2018), ao analisar a evolução da ocupação segundo o grau de instrução no Brasil realizado entre o 2º trimestre de 2014 e o 1º trimestre de 2018, constatou que o segmento com maior escolaridade obteve melhor desempenho no período considerado. Conforme mostra o autor, trabalhadores com o ensino superior obtiveram uma expansão da ocupação em 3,9 milhões de novas vagas, enquanto para os indivíduos com Ensino Médio obtiveram um crescimento de 700 mil vagas. Em contrapartida, trabalhadores com menor escolaridade registraram uma redução em nível de ocupações, sendo que, para indivíduos sem instrução teve redução de 1,6 milhões de ocupações, e para as pessoas com ensino fundamental registrou uma taxa mais intensa de redução com 4,5 milhões de vagas.

Conforme explica Pochmann (2018, p. 21-22):

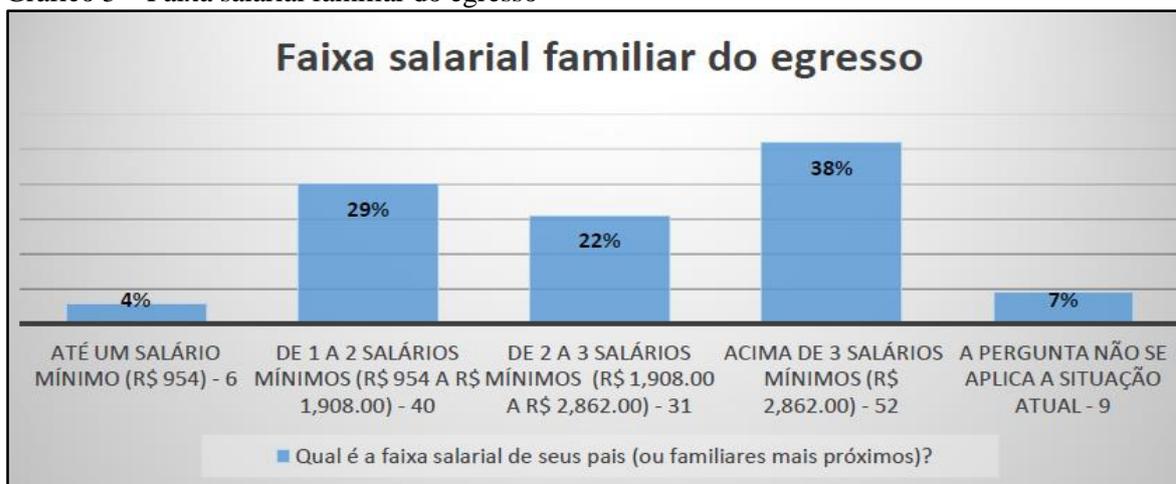
O contingente de desempregados cresceu mais para os trabalhadores com Ensino Superior (144,4%), uma vez que adicionalmente 1,3 milhão de pessoas justamente nessa faixa de escolaridade ingressaram na condição dos sem ocupação. Na sequência, o crescimento em dobro do desemprego tanto para trabalhadores sem instrução (200 mil a mais de desempregados) como do Ensino Médio (3,4 milhões a mais de desempregados). As pessoas com Ensino Fundamental registraram aumento de 87% na quantidade do desemprego (2 milhões a mais de desempregados) entre o segundo trimestre de 2014 e o primeiro de 2018.

A partir do que foi exposto, podemos constatar que o mercado de trabalho brasileiro nestes últimos anos eliminou ocupações de nível de escolaridade baixa (fundamental e sem instrução) e criou ocupações de nível superior e média, embora as vagas criadas não tenham acompanhados o número de pessoas com esse nível de escolaridade que buscavam emprego. Na verdade, conforme mostra o estudo, a taxa de maior crescimento de desempregados ocorreu justamente nos trabalhadores com nível superior de ensino.

Em relação a questão econômica, elaboramos questionários que solicitavam informações sobre a faixa salarial familiar e a faixa salarial obtida pelo egresso através de seu trabalho. O objetivo é verificar se a formação está oportunizando uma melhoria nos rendimentos daqueles indivíduos com a formação integrada, tal como preconiza a legislação.

No gráfico 5 mostra uma parcela significativa de egressos oriundos de famílias classificados na faixa salarial acima de três salários mínimos, o que pode ter ocorrido em virtude do formato escolhido pelo IFRO no processo seletivo dos estudantes:

Gráfico 5 – Faixa salarial familiar do egresso



Fonte: Autoria Própria 2018.

De acordo com o Gráfico 5, que trata dos rendimentos dos pais ou familiares dos egressos, a faixa que corresponde a 7% são daquelas pessoas que não tem uma renda média mensal definida, ou então, aqueles que estão desempregados. Conforme pode ser evidenciado no gráfico 5, cerca de 38% dos egressos vêm de famílias com renda acima de três salários mínimos, o que possibilita que o egresso possa optar por seguir uma trajetória de nível de ensino superior sem precisar se preocupar com uma jornada dupla de trabalho e escola.

A dedicação exclusiva nos estudos de indivíduos que vem de famílias com faixa salarial superior também pode ser observada se cruzarmos os dados do gráfico 5 com os dados presentes no gráfico 4. Nesta comparação é possível evidenciar que, dos 35% (48) egressos do IFRO que afirmavam que estavam se dedicando somente aos estudos, 22,91% destes são compostos por indivíduos de origem familiar na faixa salarial de 1 a 2 salários mínimos, 22,91% compostos por indivíduos de origem familiar na faixa salarial de 2 a 3 salários mínimos, e 43,75% são compostos por indivíduos de origem familiar na faixa salarial acima de três salários mínimos, o restante preferiu não declarar. Com posse dessas informações, é possível afirmar que os indivíduos que vem de famílias com condições financeiras mais elevadas possuem estruturalmente condições mais favoráveis para dar

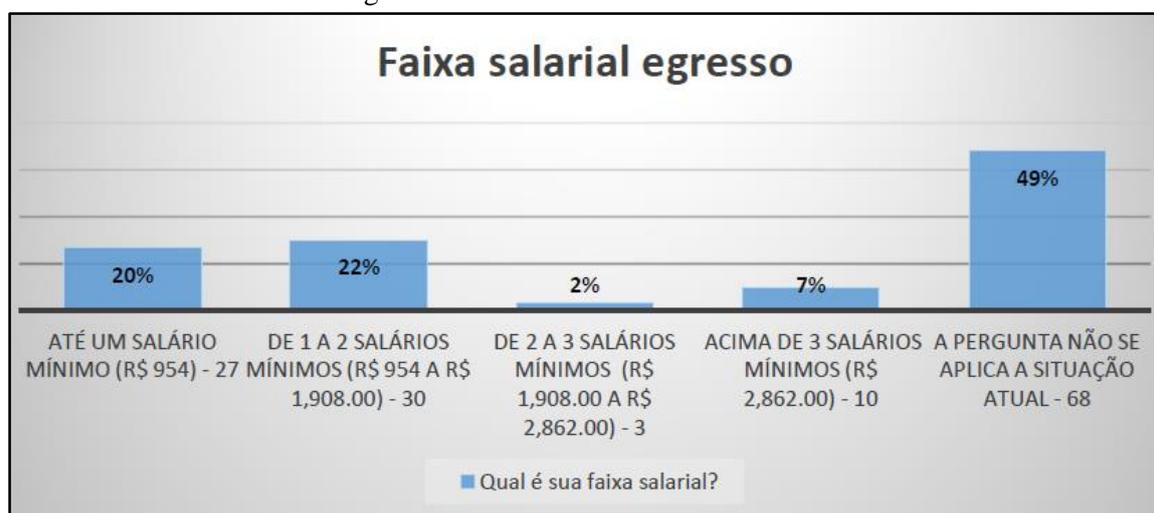


continuidade nos estudos, embora isso não seja determinante.

Os resultados apontam justamente um alto índice de alunos que dão sequência aos estudos 89%, que pode estar relacionado a três fatores identificados: na qualidade do ensino obtido no IFRO, na falta de perspectiva na carreira de técnico, e das condições materiais e financeiras que os familiares dos egressos dispõem. Mas será que com 3 a 4 anos que é o tempo que os egressos tinham de formados já conseguem mostrar uma mudança em relação ao aspecto sócioeconômico?

Vamos considerar os resultados financeiros obtidos pelos egressos do IFRO através de seu trabalho que são apresentados no gráfico a seguir:

Gráfico 6 – Faixa salarial do egresso



Fonte: Autoria Própria 2018.

Os dados presentes no Gráfico 6 mostram que 42% dos egressos estão classificados nos dois primeiros grupos que recebem R\$ 1,908.00 ou menos, enquanto apenas 7% recebia acima de 3 salários mínimos R\$ 2,862.00. Com posse desses dados, podemos aferir que com até quatro anos de formado grande parte dos profissionais não tem conseguido atingir um rendimento mensal maior que três salários mínimos, podendo estar relacionado ao fato de que grande parte esteja ainda estudando.

A falta de valorização salarial observada no gráfico 6 também pode estar acontecendo em razão da falta de experiência e do crescimento dos trabalhos informais, que em Rondônia no ano de 2018 resultou em um salário mensal médio bem inferior ao trabalho formal 60%. (IBGE, 2018b). Vale resgatar o fato de que dos 45% egressos do IFRO que estão exercendo alguma atividade no mercado de trabalho, 19% atuam no mercado informal, deste modo em função do vínculo empregatício, ou melhor pela falta dele, os egressos estariam subordinados a menores salários.

Se observarmos esses elementos e compararmos com a trajetória dos egressos

podemos perceber que o canal para melhorar as expectativas socioeconômicas não está no ensino médio e no curso técnico, mas em níveis mais elevados de escolarização, o que explicaria os caminhos escolhidos pelos egressos. No entanto, mesmo que os indivíduos tenham a formação exigida pelo mercado, ainda estarão subordinadas a superarem por competição para garantirem uma vaga. Nesse sentido, podemos constatar que não é a qualificação que irá determinar o emprego, mas sim a contabilidade do mercado de absorver tais trabalhadores. Neste caso, enquanto maiores níveis de escolaridade têm sido indicativos de produtividade, lhes será atribuído uma nova identidade e ao final os trabalhadores acabam aceitando seus frutos como um fetiche, uma definitiva separação entre trabalho e consumo. (MARX, 1983).

Para Gohn (1997), a influência das políticas econômicas neoliberais nos países latino-americanos leva a criação de redes produtivas comunitárias onde a mão-de-obra passa a ter alto custo social (quando utilizada na economia formal). Conforme acrescenta Gohn (1997, p. 17): “A economia informal provoca a redução deste custo por vários fatores, destacando-se a quase completa eliminação dos custos sociais. Ela opera com um grande conjunto de trabalhadores que não tem seus direitos sociais respeitados.” Esse conjunto de fatores operam, ainda, com a ausência de sindicatos o que implica na falta de pressão sobre o mercado e que tem determinado novos padrões de vínculo de trabalho no Brasil, sobretudo com aumento da informalidade e redução dos salários médios.

Desta forma, em virtude das condições atuais do mercado de trabalho, a formação integrada não tem possibilitado verificar emprego para maior parte dos egressos, com pouca valorização salarial para que é técnico, o que contraria os princípios bases que visam gerar emprego e renda. Para Kuenzer (2009, p. 32), com a criação do Ensino Médio Integrado, “[...] cria-se uma nova casta de profissionais qualificados, a par de um grande contingente de trabalhadores precariamente educados, embora ainda incluídos, porquanto responsáveis por trabalhos também crescentemente precarizados.” Ou seja, embora nesses últimos anos o governo venha oferecendo para parte da classe trabalhadora escola pública com melhor estrutura e ensino, os indivíduos que dependem de sua força de trabalho para emancipar-se ainda estarão sujeitos a falta de empregos e a crescente precarização do trabalho.

Nesse sentido, a permanência dos problemas relativos à inclusão social se dá mesmo que os trabalhadores estejam incluídos no processo de escolarização, chegando até em níveis maiores de escolaridade, já que ainda permanecem fora das possibilidades de produção e consumo devido a crescente precarização do trabalho. Isso mostra a incapacidade do sistema econômico<sup>4</sup> e da doutrina liberal organizar e resolver os problemas relativos a educação e o trabalho. (KUENZER, 2009).

De acordo com Antunes e Pinto (2017), a precarização do trabalho ocorre como resultado do novo padrão de acumulação que impõe novas estratificações até mesmo para aqueles que possuem certo nível de escolaridade. Isso pode ser reforçado na seguinte fala identificada de um dos egressos:

O curso em si, é muito bom, mas na região é muito difícil conseguir uma vaga na área de formação. Em aproximadamente 3 anos após concluir, houve apenas uma proposta para exercer a profissão, em uma cidade vizinha e a empresa se recusava pagar o piso salarial da categoria, tornando inviável. Então profissionalmente, até o momento, o curso técnico não ajudou muito, uma vez que entramos com visão e propostas que o técnico iria contribuir muito na vida profissional e posteriormente uma boa resposta financeira. (EGRESSO 1).

Como pode ser observado, os alunos entram em um curso técnico pensando que com uma formação técnica irão garantir um emprego, no entanto quando se formam encontram um mercado de trabalho saturado e competitivo. A falta de experiência dos egressos em seu início de carreira também pode ser um fator que dificulta a inserção no mercado de trabalho. Deste modo, podemos constatar que a baixa remuneração da grande maioria dos egressos que estão inseridos no mercado de trabalho pode ocorrer por diversos fatores, mas que são determinados pela lógica de mercado.

Em outro relato, indica que existem poucas vagas de emprego na área de técnico em Rondônia, e com isso uma falta de perspectiva de seguir na carreira:

O curso técnico de minha formação é excelente, uma vez que abrange conhecimentos muito relevante para o mercado de trabalho atual, no entanto, parece que nossa região ainda está anestesiada quanto a busca desses profissionais. Quando terminei o curso tive a oportunidade de trabalho na indústria na qual estagiei, porém atuando com pessoas sem o mesmo conhecimento técnico que o meu e que atuava nas mesmas funções, demonstrando claramente a desvalorização com a capacitação de um técnico! Enfim, a experiência que tive no IFRO jamais me causou arrependimento, mas serviu para um grande crescimento profissional mesmo atuando em área distinta e também um crescimento pessoal importantíssimo! (EGRESSO 25).

De acordo com os relatos dos egressos, podemos concluir que, embora a formação tenha contribuído na formação pessoal e profissional, o piso salarial base de um técnico não é respeitado pelos empregadores da região. Isso pode estar acontecendo em razão da disponibilidade de um grande número de trabalhadores em situação de exército de reserva o que permite uma seletividade tanto em nível de escolaridade, quanto na barganha dos salários para contratação destes trabalhadores.

Tal situação pode ser confirmada no relato de um egresso que buscou um emprego em uma empresa da região: “Não há reconhecimento do técnico diante do mercado de trabalho, alegam que podem pagar menos para uma pessoa e ela fará a mesma coisa é só treinar” (Egresso 15). É possível evidenciar que algumas empresas por vezes barganham a vaga impondo que os indivíduos desempregados se submetam as mesmas condições salariais que os demais trabalhadores sem qualificação. Em síntese, além de exigir um trabalhador com certo grau de qualificação, as empresas fixam o salário a ser pago e as condições de trabalho, a estratégia se baseia na negociata da vaga de emprego a partir de um salário menor,

e com isso diminuem os custos com pessoal e aumentam seus lucros. Isso ocorre por que existe uma compatibilidade entre o desenvolvimento do processo produtivo, que elimina o trabalho como centralidade do processo de emancipação humana, e as restrições impostas pela contabilidade do lucro capitalista. (MÉZSÁROS, 1996).

Outro relato resume o que muitas vezes acaba sendo transmitido durante o processo de escolarização, e o confronto que o trabalhador se depara no momento em que procura emprego:

Que a realidade não coincide com o que muitos dos professores pregam durante os anos de curso. Não há emprego suficiente para todos. Saímos de alguma forma iludidos de que há emprego para todos, que emprego é garantido e etc. Que o salário será bom... Isto é uma falácia. Deixar de iludir os discentes já é um grande passo para evitar frustrações quanto o mercado de trabalho. (EGRESSO 02).

Como pode ser observado, a concepção desenvolvida durante o curso é avessa aquilo que os trabalhadores encontram, pois a falta de emprego contraria os objetivos das políticas educacionais propostas. Na realidade, o Estado precisa sustentar as estruturas sociais e as formas que elas se mantêm, por isso que a educação tem se apropriado da perspectiva da empregabilidade, significa dar motivação para o trabalhador buscar um emprego que muitas vezes não existe. É também nesse sentido que a concepção de empreendedorismo muitas vezes está inserida na escola, cada pessoa se torna responsável por buscar sua renda através de seu pequeno negócio, para um dia, quem sabe, tornar-se um capitalista de sucesso.

Ao tratar sobre as formas de trabalho e os resultados obtidos pelos trabalhadores, Alves (2005, p. 13) mostra que:

[...] as objetivações sociais (e coletivas), inclusive uma objetivação intangível como as novas qualificações/habilidades da força de trabalho, que surgem no interior do sistema sócio-metabólico do capital tendem a assumir formas fetichistas, que se impõem a todos, frustrando suas expectativas.

A frustração se dá a priori na promessa de que a capacitação possa mudar a realidade, de que a educação lhe renda uma melhor condição social e econômica. No entanto, ao se depararem com a realidade, mesmo alcançando as qualidades exigidas, o emprego e o salário se apresentam como determinantes independente de seus produtores. Como consequência, resta buscar continuamente aquelas habilidades e competências que o mercado exige.

Deste modo, podemos perceber que a falta de emprego gera uma oferta demasiada de técnicos formados, que conseqüentemente aumentam a concorrência e diminuem os salários. Por outro lado, o aumento de produtividade daqueles que conseguem um emprego através de níveis maiores de qualificação não retornam na mesma forma que sua força e tempo dedicados, assim o trabalho é materializado em objeto e fica revestido de forma alienada ao sistema econômico vigente. (MARX, 2004).

Ao buscarem empregos nas empresas da região, os egressos do IFRO mostram o

seguinte cenário:

Gráfico 7 – Oferta de trabalho de acordo com a formação dos egressos



Fonte: Autoria Própria 2018.

Segundo os dados analisados nesta pesquisa, boa parte dos profissionais que procuram um emprego na região não conseguiram, uma vez que as vagas de técnico não têm sido suficientes para todos<sup>5</sup>. Desta forma, embora a política educacional inclusiva tem sido alçada como estratégia para resolver a contradição resultante do sistema econômico, a realidade concreta dos jovens trabalhadores com formação profissional mostra que esta inclusão vem sendo realizada de forma excludente, isto é, mesmo estando inseridos no processo de escolarização, ainda não dispõe ao acesso à um trabalho digno. (KUENZER, 2009).

A falta de empregos é corroborada com os relatos de egressos que afirmam: “É extremamente difícil achar emprego nessa área!” (EGRESSO 32) e que sobram profissionais para poucas vagas. Consequentemente, grande parte destes profissionais se veem levados a buscar outras trajetórias. As divergências entre aquilo que se almeja e aquilo que se vivencia se dá pelo escamoteamento das contradições inseridas nas superestruturas sociais, conforme explica Cury (2000, p. 17):

A divisão capitalista do trabalho é contraditória. De um lado libera a força de trabalho, de outro a transforma em mercadoria. Socializa o trabalho enquanto se apropria dos seus resultados de modo que o trabalhador perca tanto o controle sobre o processo de trabalho quanto sobre o valor do produto.

No processo histórico educacional brasileiro, é possível observar que não é recente a proposta de criar cursos técnicos profissionalizantes que supostamente melhorarão as

condições de empregabilidade. Há décadas a escola tem sido *locus* privilegiado em transmitir a noção de capital humano, como uma maneira de motivar os trabalhadores para se manterem atualizados para o mercado de trabalho. Isso é verificado através dos dados e das oportunidades relatadas em relação a quem possui níveis mais elevados de escolaridade, muito embora o número de profissionais formados tem ultrapassado a capacidade de absorção do mercado de trabalho, típico da lógica do sistema capitalista em não absorver todos os trabalhadores.

Posto isso, podemos concluir que a formação em um curso de nível técnico não tem significado, dentro de um espaço de 3 a 4 anos, efetivamente um emprego e uma valorização salarial. Isso explica a grande quantidade de indivíduos que preferem dar continuidade aos estudos para conseguir melhores chances de emprego, muitas vezes em outras áreas que não estejam relacionadas na formação técnica, já que o curso superior tem sido um dos poucos canais para ascensão econômica e social no Brasil.

Portanto, para boa parte dos egressos o trabalho, ainda não tem representado mudanças socioeconômicas. Na verdade, os egressos estão buscando fortalecer o currículo para obter melhores perspectivas enquanto o restante está migrando para outras regiões à procura de melhores oportunidades. Isso mostra que mesmo o desemprego apresentando taxas até maiores em outras regiões do país, como mostra o IBGE (2018a), é possível identificar que cerca de 11% dos egressos do IFRO têm procurado melhores oportunidades fora do Estado de Rondônia.

A fala apresentada abaixo mostra a quantidade de empregos insuficientes, como já foi observado em dados anteriores:

Eu penso que devido à escassez de indústrias químicas na região de Ji-Paraná e no estado como um todo, o mercado regional ainda não tem capacidade de absorver a quantidade de egressos que o instituto oferece e quando absorve, os salários são tão baixos que compensa trabalhar com outra coisa. Essa escassez também aumenta custos de visitas técnicas e distancia o aluno da possibilidade de atuação na área industrial, que ao meu ver, seria o objetivo de um técnico em química. (EGRESSO 22).

A distância das indústrias do IFRO tem sido apontada como uma das justificativas dada pela instituição pela baixa quantidade de visitas técnicas durante o curso. Isto pode estar ocorrendo em virtude de o baixo orçamento destinado para instituição utilizar em visitas técnicas e atividades desse tipo. Ocorre que se realmente estiver acontecendo isso, a formação profissional acaba sendo realizada desconectada da dimensão prática, ferindo um dos princípios básicos de sua criação que estabelece “[...] indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem.” (BRASIL, 2012, p. 02). Deste modo, é possível apontar que tais fatores estejam associados a uma dispersão dos egressos para outras áreas do conhecimento, insatisfeitos com sua formação prática.

Há também outros casos em que os egressos mesmo satisfeitos com sua formação obtida no IFRO, preferem dar continuidade nos estudos para terem melhores condições de

empregabilidade no mercado de trabalho:

O IFRO foi muito importante na minha vida. Acredito que eu poderia estar atuando no mercado de trabalho se quisesse, mas eu prefiro me dedicar integralmente à minha faculdade e ao meu trabalho voluntário na AIESEC para enriquecer mais ainda meu currículo e poder ingressar no mercado com um salário superior. (EGRESSO 37).

Como pode ser constatado, prevalece a crença de que a capacitação permanente é fator decisivo para produtividade, e conseqüentemente sucesso social e econômico. O fator educação é concebido pelos egressos como determinante para mudança individual, como uma corrida em que cada um deve aprimorar suas habilidades para competir e buscar a vitória, expressão dos fundamentos difundidos durante o curso e ressaltados pela sociedade em que vivemos.

No entanto, como foi possível observar nos dados em relação a inserção no mercado de trabalho, na maioria dos casos a contradição<sup>6</sup> se evidencia no momento em que esses trabalhadores saem à procura de um emprego e se deparam com um cenário de informalidade, falta de oportunidades, vínculos precários de trabalhos e salários baixos. Deste modo ocorre rejeição à proposta de transformação da sociedade por meio da restrição a um trabalho digno para todos os trabalhadores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que os cursos técnicos integrados do IFRO Campus Ji Paraná recebem anualmente centenas de alunos, o perfil é majoritariamente composto por pessoas com renda familiar inferior a três salários mínimos e que residem em Ji Paraná ou cidades circunvizinhas. Em relação à expectativa dos egressos sobre a formação integrada, foi observado que alguns alunos já entram no curso sem pretensão de seguir a carreira técnica, embora apontem que o IFRO enquanto escola pública e acessível possa melhorar as chances para entrar em um curso de nível superior, o que é comprovando pelo grande número de egressos que ainda estão estudando.

Os resultados da pesquisa nos permitem afirmar que o IFRO tem oferecido conhecimentos satisfatórios, mas não tem conseguido garantir efetivamente a inserção para a maioria dos egressos no mercado de trabalho. A não inserção no mercado de trabalho, especialmente na área de formação, pode ter ocorrido pelo fato de que grande parte dos profissionais formados como técnicos estavam dando sequência em seus estudos, mas também, pela falta de oportunidades de emprego e valorização salarial disponível na região. Esse movimento de egressos em outras áreas de formação tem se justificado na medida que ocorre oportunidades diferentes e maior valorização para quem possui o ensino superior completo.

Os resultados nos permitem concluir que a busca pelo ensino superior não se resume

somente ao *status* social, mas em uma supervalorização que ocorre em nosso país em relação ao trabalho intelectual representado pela graduação, em comparação com o trabalho manual que vem sendo representado pelo nível técnico de formação. Vale destacar que assim como acontece com a formação técnica, ter uma graduação não é garantia de um emprego pois a vaga é determinado pela própria lógica do mercado de trabalho.

Por fim, o afastamento da área de formação identificado neste estudo justifica-se pelas circunstâncias que os egressos encontram o mercado de trabalho, com poucos empregos e baixos salários, especialmente na área técnica. Nesse sentido, os resultados permitem apontar a necessidade de parcerias do IFRO com empresas da região, e também da criação de políticas públicas de valorização e aumento de vagas para quem deseja seguir a carreira técnica, como uma das formas de melhorar o cenário socioeconômico regional e nacional do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. Toyotismo, novas qualificações e empregabilidade: mundialização do capital e a educação dos trabalhadores no século XXI. RET, **Rede de Estudos do Trabalho**. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2XIE18c>. Acesso em: 08 ago. 2020.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Campinas: Cortez, 2006.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2XTAUuH>. Acesso em: 17 de set. 2021.

ANTUNES, R.; PINTO, G. A. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017.

ARAPIRACA, J. O. **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano**. 1979. 273 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.

BRASIL. **Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades**. Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Expansão da Rede Federal. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3AxBxrU>. Acesso em: 24 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Seção III. Dos Objetivos dos Institutos Federais.

BRASIL. **Resolução Nº6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3nYoht3>. Acesso em: 02 fev. 2019.

ClAVATTA, M.; RAMOS, M. N. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 19 jul. 2018.

COSTA, F. L. **Formação integrada no Instituto Federal de Ariquemes**: egressos, inserção no mercado de trabalho ou opção pelo ensino superior. 112 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GENTILI, P. Que há de novo nas novas formas de exclusão educativa? Neoliberalismo, trabalho e educação. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 1, p. 191-202, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/3CKlmbB>. Acesso em: 16 abr. 2019.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOUVEIA, F. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional. Espaço e Economia: **Revista brasileira de geografia econômica**, n. 9, p.1-17, set. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3u83OmH>. Acesso em: 17 set. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil, Rondônia, Panorama de Ji-Paraná**. 2018b. Acesso em: <https://bit.ly/3Ax9itr>. Acesso em: 17 set. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Novos Indicadores sobre a Força de Trabalho no Brasil**. jan./mar. 2018a. Disponível em: <https://bit.ly/2XLfksp>. Acesso em: 17 set. 2021.

KUENZER, A. **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Livro Primeiro, v. 1).

MÉZSÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Futuro do trabalho no Brasil**: perspectivas e diálogos tripartites. Brasil, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3o341GK>. Acesso em: 31 ago. 2020.

POCHMANN, M. Desempenho econômico conjuntural e a situação recente do trabalho no Brasil. **Revista NECAT**. Ano 7, n. 13, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2ZsnxCb>. Acesso em: 31 ago. 2020.

RAMOS, M. N. Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: ARAÚJO, A. C.; SILVA, C. N. (org.). **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. da IFB, 2017. p. 20-43.

RAMOS, M. R. **A educação profissional no Instituto Federal de Ji-Paraná e os limites objetivos para a inclusão socioprofissional de seus egressos**. 2013. 128 f. Dissertação de (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

#### AUTORIA:

\* Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Professor do Instituto Federal de Rondônia (IFRO). Contato: juliano.cenci@ifro.edu.br

\*\* Doutorado em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Contato: msmarilsa@hotmail.com

#### COMO CITAR ABNT:

CENCI, J. V.; SOUZA, M. M. de. Formação profissional e inserção no mercado de trabalho: uma análise do ensino médio integrado do IFRO campus Ji-Paraná. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-24, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8661494. Disponível em: <https://bit.ly/3FywwBA>. Acesso em: 23 nov. 2021.

#### Notas

<sup>1</sup> É preciso destacar que o Ensino Médio integrado foi adotado a fim de corrigir distorções conceituais e práticas decorrentes que dissociaram educação profissional da educação básica.

<sup>2</sup> Como se sabe, Marx dedicou sua vida em estudar e descrever o modo de produção capitalista, e ainda que esse processo de interpretação estivesse restrito a época em que vivia, seu método de análise prevalece na atualidade já que o problema está relacionado à lógica do sistema econômico vigente.

<sup>3</sup> Importa ressaltar que aproximadamente 9% dos egressos que estavam desempregados estavam fazendo cursinhos pré vestibulares.

<sup>4</sup> Como mostra o IBGE (2018b), na área de geração de empregos para pessoas com mais de 14 anos em Rondônia, 55% dessa população possuía empregos formais com um rendimento mensal de aproximadamente R\$ 2.050,00, enquanto os empregos informais recebiam em média R\$ 1.252,00.

<sup>5</sup> Mesmo que no Brasil a substituição da força de trabalho por inteligência artificial esteja ocorrendo de forma mais lenta em comparação que os países desenvolvidos, ainda assim podemos observar uma redução dos empregos como resultado das características que se assenta a economia regional onde foi realizado a pesquisa, que depende em grande parte da agricultura e pecuária que é monopolizada por grandes latifundiários.

<sup>6</sup> Para Cury (2000, p. 16) “A categoria da contradição, ao pretender expressar o real contraditório como ele é, deve buscar nas relações sociais a matéria de expressão, e como essas relações articulam o discurso pedagógico com a totalidade.”